

A NOVA EMPREGADA DOMÉSTICA

Mais autônoma, mais velha e com maior poder para negociar salários e condições de trabalho. Essas são características do novo perfil da empregada doméstica brasileira, segundo tese de doutorado recentemente defendida na Faculdade de Ciências Econômicas.

Página 6

UFMG destaca-se em avaliação da Capes e ranking da Folha de S.Paulo

Páginas 4 e 5

MUSEUS e centros de memória

Letícia Julião*

Os museus se tornaram um dos espaços culturais de maior prestígio no mundo contemporâneo. De pequenos museus temáticos a projetos ambiciosos, eles proliferam na sociedade contemporânea. Alguns, incluindo os centros de memória, surgem em contextos até há pouco tempo improváveis, como reservas indígenas, favelas e bairros. Outros resultam de investimentos milionários, conduzidos pelo poder público e/ou pela iniciativa privada. Nesse cenário, parece-nos inimaginável a sociedade contemporânea sem museus e lugares consagrados às memórias coletivas.

Por que esses espaços adquiriram tamanho poder e evidência? Por que, em poucas décadas, deixaram de ser identificados como instituições decadentes para serem içados a vedetes da cena cultural? É certo que, para não sucumbirem, os museus se transformaram. Uma nova ideia de museu se articulou nos planos do pensamento e da prática. Aos poucos, essa instituição deixou de ser espaço exclusivo de administração de coleções para se voltar para o público.

O que move a sociedade contemporânea a querer museus e centros de memória? Pode-se dizer que o aumento dessas instituições, em parte, está relacionado à intensificação do processo de globalização nas últimas décadas do século 20. Ao conectar e buscar homogeneizar sociedades, mercados, países e cidades, a globalização trouxe consigo ameaças às referências culturais e identitárias de grupos sociais. Na contramão desse movimento global, emerge o protagonismo, no cenário patrimonial e museal, de atores sociais até então marginalizados das políticas de preservação do patrimônio.

Estamos, porém, diante de um contexto ambíguo, para não dizer contraditório. As instituições de memória incorporam a narrativa de novos atores e patrimônios e, ao mesmo tempo, rendem-se aos padrões de exposição consagrados internacionalmente, alheios a realidades locais. Concomitante ao surgimento de museus para atender aos anseios de ampliação da cidadania e de inclusão social, observa-se a conversão dessa instituição em produto para o consumo, espetacularizado e concebido como grife.

Não importa que nomenclatura tenham – museus, memoriais, centros de memória –, o fato é que essas instituições estão sendo reconfiguradas e projetadas em um arco marcado pelos polos da cidadania e do consumo. Figuram como indícios de uma sociedade que teme perder os rastros do seu passado e, ao mesmo tempo, não espera muito do futuro.

* Professora de Museologia e coordenadora da Rede de Museus da UFMG

CUSTÓDIA de arquivos

Renato Venâncio*

A custódia dos documentos de arquivo é um tema de pesquisa. Esses documentos são acumulados por indivíduos ou instituições. No nosso dia a dia, escrevemos e recebemos cartas ou e-mails, preservamos comprovantes da nossa trajetória escolar ou de trabalho, assim como produzimos fotografias e guardamos recibos das contas pagas. Eventualmente, colecionamos objetos, como selos, postais, pinturas, entre outros. O mesmo ocorre com as instituições, mas de forma ainda mais intensa. As administrações públicas federais, estaduais e municipais, ou as empresas e associações, acumulam conjuntos gigantescos de documentos, em papel ou em meio digital.

A legislação brasileira prevê que esses documentos sejam avaliados e, quando considerados relevantes do ponto de vista histórico e cultural, sejam preservados para sempre. As leis também preveem que os arquivos privados (institucionais ou pessoais), quando considerados de interesse público e social, sejam preservados. Geralmente, imagina-se que apenas os arquivos públicos custodiam essa documentação. Isso, de fato, ocorre, embora aquém do desejado, pois a maior parte da documentação arquivística contemporânea ainda não foi avaliada, como, por sinal, ocorre na UFMG.

Outro aspecto que merece ser sublinhado é que, além dos arquivos públicos, há uma série de outras instituições que têm cumprido a função de preservar acervos arquivísticos. Há, por exemplo, memoriais, fundações e institutos com a custódia de arquivos pessoais de presidentes da república, considerados legalmente como de interesse público e social. Há, também, centros de memória e de documentação, academias de letras e institutos históricos custodiando numerosos acervos arquivísticos de valor histórico e cultural.

No rol dessas instituições, cabe ainda destacar as bibliotecas e os museus. Vários acervos dessas instituições são, na verdade, arquivos pessoais de cientistas, escritores ou empresários, ou acervos de antigas empresas que deixaram de existir. Eis um exemplo da importância de pensar em rede, como espaços de discussão e qualificação do trabalho técnico. A formação de redes de instituições que custodiam acervos arquivísticos de guarda permanente – independentemente da forma como são nomeadas – auxiliará, sem dúvida, na superação de lacunas do sistema nacional de arquivos, quase nunca efetivamente implementado.

Enfim, arquivos, museus e bibliotecas – além das outras instituições acima mencionadas – têm muito a compartilhar.

*Professor de Arquivologia e diretor de Arquivos Institucionais da UFMG

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

UNIFICADA pela MOBILIDADE

DRI lança chamada para intercâmbio em universidades da América Latina

Ana Rita Araújo

Estudantes de graduação que tenham concluído pelo menos 20% dos créditos necessários para integralização curricular podem se habilitar para concorrer a intercâmbio em universidades ibero-latino-americanas.

Chamada unificada lançada no último dia 19, pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI), define regras e prazos das inscrições e da seleção, para preenchimento de cerca de 100 vagas para mobilidade em 2018, em universidades de nove países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

A submissão das inscrições deve ser feita pelo portal MinhaUFMG, de 2 a 5 de outubro, por meio de formulário específico e envio de documentos, entre os quais, certificado de proficiência linguística em língua espanhola. O processo seletivo também contempla ações afirmativas.

De acordo com a diretora adjunta de Relações Internacionais, professora Deise Prina Dutra, ao estabelecer a chamada unificada, a intenção é otimizar a utilização das vagas. Como há vários programas na região, cada vez que uma chamada específica era lançada, os estudantes precisavam providenciar documentos e nem sempre tinham condições de cumprir prazos. “A partir de agora, os alunos vão se habilitar para concorrer a todas as vagas que surgirem”, garante.

A chamada alcança programas como o Escala Estudantil, criado em 1999 com o objetivo de apoiar a mobilidade internacional de alunos de graduação entre as instituições que integram a Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM). Para 2018, por meio do Escala Estudantil, há aproximadamente 45 vagas distribuídas em instituições de cinco países, como as universidades de Buenos Aires e de Santiago de Chile.

Também estão incluídos na chamada os programas Brasil-Colômbia (Bracol), Brasil-México (Bramex) e Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados (Marca), promovido pelos países do Mercosul. De acordo com o texto da chamada, ao longo de 2018, poderão surgir vagas em outros programas de mobilidade no espaço latino-americano, como o Santander Universities.

Carta e vídeo

Para submeter a inscrição, o estudante deverá produzir e publicar uma carta de intenções e um vídeo, ambos em língua espanhola, que justifiquem seu interesse pelo intercâmbio. Nesta quarta-feira, 27, serão realizadas sessões de treinamento sobre a produção da carta e do vídeo. A pontuação para classificação dos candidatos também inclui o cumprimento da carga horária do curso e análise do *Curriculum vitae*. No currículo, são analisadas atividades como bolsista – de iniciação científica, extensão ou monitoria – e participação em estágios ou atividade profissional correlata ao curso.

O objetivo, esclarece Deise Dutra, é estimular o aluno a “viver a Universidade e suas oportunidades, o que torna a experiência acadêmica mais rica e impactante na sua formação”. Além disso, trata-se de levar o graduando ao exercício “de se ver como acadêmico, que pode se beneficiar de muitas ações oferecidas ao longo do seu percurso formativo”.

Ações afirmativas

Com o objetivo de assegurar mecanismos de inclusão e ações afirmativas nas mobilidades internacionais promovidas pela DRI, as vagas serão prioritariamente destinadas a estudantes cotistas, e parte delas direcionada para atender graduandos pretos, pardos e índios. Na chamada, os cotistas são divididos em quatro grupos, de acordo com o perfil de ingresso na Universidade, registrado no Sistema de Seleção Unificada (Sisu): baixa renda e pretos, pardos ou índios; baixa renda; pretos, pardos ou índios; egressos de escola pública que não se enquadrem nos perfis anteriores.

O processo seletivo terá duas etapas: a primeira, eliminatória, consiste na análise técnica de toda a documentação submetida eletronicamente pelo candidato no ato da inscrição. Nela, serão validados os certificados de proficiên-

cia e pontuados o histórico escolar e os comprovantes do currículo inseridos pelos candidatos no momento da inscrição. A segunda etapa, classificatória e eliminatória, consiste na avaliação qualitativa da carta de intenções e do vídeo de apresentação oral.

Os candidatos habilitados serão convocados por meio de chamada adicional, divulgada no site da DRI, para escolher a instituição estrangeira na qual tenham interesse em realizar a mobilidade internacional, com base em sua classificação e observando-se o número de vagas disponíveis.

Eles serão chamados pelo e-mail cadastrado, sempre e quando surgirem vagas. Somente os candidatos habilitados nesse processo seletivo serão convocados para ocupar as vagas disponíveis. O estudante deve manter atualizado seu endereço eletrônico, meio pelo qual a DRI fará contato para eventuais ajustes no processo de inscrição e para as chamadas.

A lista dos candidatos habilitados na primeira etapa será divulgada a partir do dia 23 de outubro, na página da DRI (www.ufmg.br/dri), em listagem ordenada sequencialmente pela pontuação obtida e identificada pelo número de matrícula dos candidatos. O resultado da segunda etapa será anunciado a partir do dia 13 de novembro, no mesmo site.

A chamada pode ser consultada no site da DRI (<http://bit.ly/2wvyb00l>).



Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires: intercâmbio em nove países

De **EXCELÊNCIA** internacional

Mais de 40% dos cursos de pós-graduação da UFMG receberam notas 6 e 7 na avaliação da Capes

Ana Rita Araújo

Na avaliação quadrienal (2013-2016) dos programas de pós-graduação brasileiros, divulgada no último dia 19, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a UFMG teve 42,6% dos seus 151 cursos de doutorado e mestrado classificados como de padrão de excelência internacional, ou seja, com notas 6 e 7. A média nacional nesses níveis é de 11%, já que apenas 465 dos 4.175 programas avaliados em todo o país receberam nota máxima.

Se incluídos os de nota 5 – máximo para programas que contemplam apenas o nível mestrado –, a UFMG tem 106 cursos com os conceitos 5, 6 ou 7, o que equivale a 68,4% do total. A pró-reitora de Pós-graduação, Denise Maria Trombert de Oliveira, ressalta que, mesmo tendo passado de 137 cursos na última avaliação trienal da Capes para os atuais 151, a UFMG manteve “excelente desempenho”, já que o relevante crescimento em termos numéricos mostrou-se “muito sustentável, tendo a qualidade acompanhado esse eixo de crescimento”.

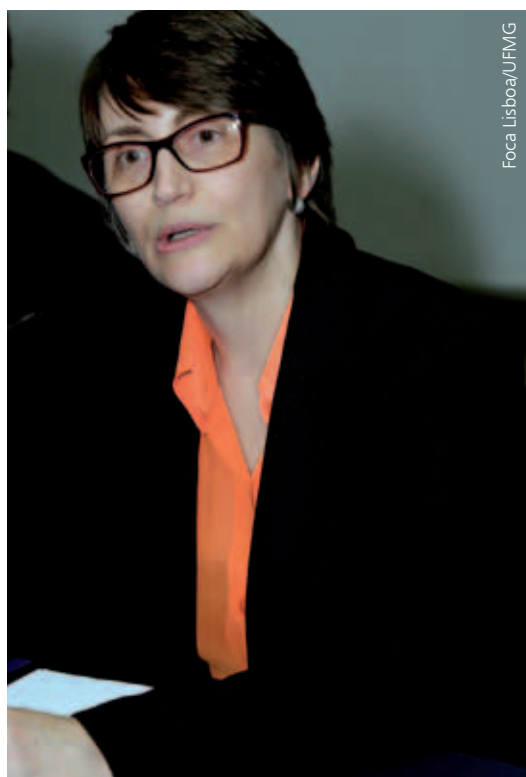
A pró-reitora comenta que em qualquer conjunto de dados “espera-se uma distribuição normal, com porções pequenas deles nas partes anterior e posterior da curva. A curva dos programas de pós-graduação da UFMG está deslocada no sentido das notas mais altas, com muito mais cursos no desempenho de excelência internacional ou nacional (nota 5) e poucos na parte inferior da curva”.

Comparados com os resultados divulgados há quatro anos, 24,7% dos cursos registraram aumento de nota enquanto 58% dos cursos mantiveram suas notas. “Dez programas permaneceram com nota 7, o que equivale a subir, pois isso mostra que estão consolidados no maior nível de competição, compatível, em sua área, com qualquer instituição de grande relevância do mundo”, pondera a pró-reitora.

Denise Trombert destaca que, na série histórica de avaliações iniciada em 2007, a UFMG sempre registrou elevada taxa de aumento das notas 5, 6 e 7. “São números que nos deixam em uma posição confortável por entender que o trabalho não está sendo feito só no sentido de aumentar quantidade de cursos, de mestres e doutores aqui formados, mas de melhorar a qualidade”, enfatiza.

7 como meta

Denise Trombert também chama a atenção para o fato de que a pós-graduação da UFMG apresenta notas altas distribuídas em todas as áreas do conhecimento. “Isso mostra o perfil de universidade mais completo que se poderia pensar”, diz, lembrando também que a Instituição reúne programas em 44 das 49 áreas de avaliação da Capes, com boa distribuição de qualidade entre todas.



Denise: notas altas distribuídas em todas as áreas

Segundo ela, em termos percentuais, houve queda no desempenho global se comparados os resultados da trienal 2013 com a quadrienal 2017. Contudo, em termos absolutos, as notas crescem, porque aumentou o número de cursos oferecidos. “Quando se criam muitos cursos novos, situação que temos experimentado continuamente, eles começam com 3, às vezes, 4, muito raramente com nota 5, o que baixa a proporção de notas altas do conjunto”, esclarece.

Em 2013, a UFMG tinha 62 cursos (45,3%) com notas 6 e 7, número que subiu para 66 (42,6%) na atual avaliação. Com notas de 5 a 7, eram 102 cursos (74,5%), e hoje são 106 (68,4%). Embora ressalte que notas menores são características de cursos novos, Denise Trombert enfatiza que a meta deve ser 7. E vale-se de uma brincadeira para ilustrar o seu raciocínio: “Hoje, ao apertar o botão do elevador para me dirigir ao sétimo andar do prédio da Reitoria, onde fica a Pró-reitoria de Pós-graduação, percebi que pós-graduação na UFMG tem que ser 7”.

Para crescer

Ao analisar as ações que levam um curso a crescer em qualidade, a pró-reitora explica que é necessário promover formação de qualidade, cujo principal indicador é a produção acadêmica que deriva das dissertações e teses. “Dependendo da área, pode ser artigo científico em periódico, livro, capítulo de livro, obra artística, uma partitura”, enumera. Para alcançar as notas máximas, os programas precisam investir em parcerias internacionais consolidadas e convênios com instituições estrangeiras.

“Isso a UFMG tem feito, contando com o apoio da Diretoria de Relações Internacionais, que é muito ativa, e com o importante investimento da Reitoria na criação de uma assessoria para assuntos internacionais na PRPG”, observa a professora, acrescentando que a Universidade tem trabalhado muito para facilitar a inserção internacional dos seus programas.

Outro aspecto relevante, diz Denise Trombert, é a distribuição dos alunos e das produções em relação ao corpo docente. Segundo ela, pode haver um curso com cem produções e outro com dez, mas, se o primeiro concentra 90 delas em um único docente, e as do outro são bem distribuídas, o segundo curso pode ser melhor avaliado, porque a produtividade de seu corpo docente é equilibrada. “Se esse docente que produziu 90 for excluído, será que sobra indicador de qualidade nesse curso?”, problematiza.

A pró-reitora esclarece que a partir de agora serão analisadas as fichas de avaliação de cada curso, a começar pelos que não obtiveram o rendimento esperado. “Aprende-se muito com as fichas de avaliação”, enfatiza.



Liderança no ENSINO

UFMG oferece a melhor graduação do país, de acordo com o ranking da Folha de S. Paulo

Ana Rita Araújo

Estudantes chegam ao prédio da Face, sede do curso de Administração, uma das sete graduações da UFMG no topo de suas áreas no ranking

Pela quarta vez consecutiva, o ensino da UFMG é classificado como o melhor do país entre as 195 universidades, públicas e privadas, avaliadas no *Ranking Universitário Folha (RUF)*. A edição 2017 foi divulgada nesta segunda-feira, 18, pelo jornal Folha de S.Paulo. Na classificação geral, a Instituição também se manteve na quarta colocação, como no ano passado, ficando atrás da UFRJ, da Unicamp e da USP.

“A UFMG se notabiliza por encarar o ensino de graduação como prioridade em sua estruturação institucional. Assim, o fato de ela ser, de maneira recorrente, a primeira colocada nesse item reflete uma política de longo prazo, que vem sendo cumprida há décadas”, avalia o pró-reitor de Graduação, Ricardo Takahashi.

Segundo ele, também não é por acaso que, entre os 40 cursos de graduação avaliados, a UFMG tenha sete na primeira posição e quase todos os outros nas cinco primeiras colocações. “Isso não tem nada de casual”, reitera o pró-reitor, lembrando que a qualidade dos cursos da UFMG é bastante uniforme, incluindo os mais recentes, criados no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e os do campus regional de Montes Claros, afastados da sede.

Entre os cursos de graduação analisados, a UFMG tem sete no topo do ranking:

Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Publicidade e Propaganda.

Takahashi esclarece que a classificação geral do RUF 2017 corresponde à da maioria dos rankings nacionais e internacionais. A UFMG aparece bem posicionada em todos os itens, em especial, Mercado (2º lugar), Inovação (3º lugar) e Pesquisa (6º).

Internacionalização

Em relação ao indicador Internacionalização, em que a UFMG aparece em oitavo lugar, universidades menores e mais novas despontam nas melhores posições. “Estamos diante de novos e importantes atores, que vão disputar espaços de destaque nas próximas décadas”, avalia o pró-reitor de Graduação.

Segundo ele, trata-se de instituições criadas mais recentemente, cujo corpo docente é constituído por egressos de grupos de pesquisa produtivos de outras universidades e já inseridos no sistema de produção científica internacional. “Isso também espelha características de universidades de pequeno porte, nas quais é mais fácil apresentar números proporcionalmente grandes.”

Em outros indicadores, no entanto, a evolução é mais lenta. “No ensino, por exemplo, esse processo é mais demorado porque está relacionado a resultados internos e a

indicadores de mercado. E reconhecimento de mercado é algo que se constrói ao longo de décadas”, argumenta Ricardo Takahashi.

O ranking

O Ranking Universitário Folha (RUF) avalia anualmente as 195 universidades do país com base em dados nacionais e internacionais e em duas pesquisas de opinião do Datafolha em cinco aspectos: pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação.

Segundo o jornal, o RUF fez, neste ano, ampla revisão de seus indicadores. Uma das alterações foi a inclusão, no indicador Pesquisa, da quantidade de teses orientadas por docente. Quanto ao elenco de cursos avaliados, a carreira de Filosofia entrou no lugar da de Ciências Sociais.

A nova edição do levantamento favorece o estabelecimento de comparações entre instituições com características semelhantes, por meio de buscas de universidades, nas quais é possível selecionar tamanho e ano de criação da instituição pesquisada.

O desempenho da UFMG no RUF pode ser conferido em <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/perfil/universidade-federal-de-minas-gerais-ufmg-575.shtml>.

[Matéria publicada no Portal UFMG, em 18/09/2017]

NOVIDADES em CASA

Tese articula estudos sobre mudanças no perfil etário das trabalhadoras domésticas, dos patrões e dos próprios vínculos empregatícios

Itamar Rigueira Jr.

Sobretudo na primeira década deste século, o trabalho doméstico remunerado perdeu peso na estrutura ocupacional feminina, no Brasil, na medida em que mulheres jovens que conquistaram maior escolaridade migraram para ocupações mais valorizadas, protegidas e bem remuneradas. Por isso, as protagonistas desse universo ganharam perfil mais envelhecido. Ao mesmo tempo, essas trabalhadoras conquistaram autonomia e capacidade de negociar salários e condições de trabalho, em um ambiente de maior regulação.

Essas são algumas das conclusões da pesquisa de doutorado de Maria de Fátima Lage Guerra, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Demografia, do Cedeplar. Ela articulou estudos complementares sobre tendência de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico, em razão do aumento da escolaridade das moças mais jovens, sobre mudanças nas formas de contratação das trabalhadoras (das residentes às diaristas) e sobre o perfil demográfico e socioeconômico das famílias contratantes.

Segundo a pesquisadora, movimentos como os de migração de mulheres mais jovens para outras ocupações e de ganho de autonomia das domésticas são bem-vindos e deveriam ser aprofundados. “Eles são importantes para reduzir as desigualdades sociais e as diferenças de gênero no mercado de trabalho, mas, infelizmente, ambos os movimentos estão sendo freados pela recessão econômica e ainda podem ser afetados pelos efeitos da reforma trabalhista,” comenta Fátima Guerra.

Fátima salienta que a queda de participação das gerações mais novas no trabalho doméstico, impulsionada por mais tempo de estudo, a partir da década de 1990, foi favorecida, nos anos 2000, pelo crescimento da oferta de emprego e da renda. Mesmo assim, ela acrescenta, é possível perceber uma mudança cultural em curso no país. “As mulheres mais novas, das camadas mais populares, não desejam nem estão sendo preparadas pelas mães para o trabalho doméstico, como antigamente”, afirma Fátima Guerra, que atua como economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Novos arranjos

Além de pesquisar as características da “nova trabalhadora doméstica”, a pesquisadora lançou mão, entre outros recursos, da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, que ajudou a compor o retrato das famílias que contratam profissionais domésticas mensalistas e diaristas. Algumas variáveis são importantes para explicar a decisão familiar de contratação de mensalistas ou diaristas: disponibilidade de recursos financeiros, tipo de arranjo familiar, idade das pessoas em casa, disponibilidade de tempo dos membros da família e relações de gênero.

Os resultados da pesquisa associam a opção por empregadas diaristas aos novos arranjos familiares: unipessoais, casais sem filhos, monoparentais e sem crianças pequenas. “As transformações que levam aos novos arranjos devem se aprofundar nos próximos anos; logo tende a crescer a proporção de trabalhadoras diaristas”, diz Fátima Guerra. Por outro lado, à medida que a atividade doméstica vai se tornando mais profissionalizada, cara e escassa, a demanda

motivada por status ou por desinteresse em tarefas desagradáveis deve perder importância. “Quando ocorrer, esse será um sinal de transformações efetivas no papel exercido historicamente pela trabalhadora doméstica no país e de maior participação dos homens no trabalho reprodutivo.”

Serviços mais caros

De acordo com a pesquisadora, as mensalistas continuam sendo a opção preferencial de famílias de renda mais alta formadas por casais e filhos pequenos ou pessoas idosas ou ainda cujos integrantes trabalham fora de casa. Ainda assim, como escreve a pesquisadora em sua tese, esse tipo de serviço poderá ser menos comum do que é hoje, devido ao “encarecimento dos serviços prestados pelas mensalistas, por um lado, e às mudanças de expectativas e de alternativas para as moças pobres mais educadas, por outro, além da crescente preferência das próprias trabalhadoras pelo trabalho por dia”. Uma modalidade que tem perdido espaço de forma acentuada é a da mensalista residente – são apenas cerca de 200 mil em todo o país.

Fátima Guerra alerta que, numa sociedade em rápido processo de envelhecimento como a brasileira, a redução na oferta de trabalhadoras domésticas, combinada à ausência de políticas públicas que promovam as famílias e a igualdade de gênero, é motivo de grande preocupação sobre a qualidade de vida familiar e laboral das mulheres, responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os membros da família, que incluem, cada vez mais, os idosos com limitações.



Portal EBC

Novos arranjos familiares determinam formas de contratação

Tese: *Trabalhadoras domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes*

Autora: Maria de Fátima Lage Guerra

Orientadora: Simone Wajnman

Defesa em 4 de agosto de 2017, no Programa de Pós-graduação em Demografia

HISTÓRIA MEDIEVAL

Convidada do Programa de Cátedras Fundep/IEAT, a professora Maria Giuseppina Muzzarelli, da Universidade de Bolonha, ministrará três conferências no campus Pampulha, nos dias 6, 9 e 11 de outubro. No dia 6, a palestra *Por outras economias* será realizada às 14h, no auditório da Reitoria. Inscrições prévias podem ser feitas por formulário eletrônico (<http://bit.ly/2w7rFD3>).

No dia 9, às 14h, no auditório 4 da Faculdade de Ciências Econômicas, a pesquisadora abordará o tema *Os Montes Pios e microcréditos*. No dia 11, no mesmo horário, no auditório Neidson Rodrigues, da Faculdade de Educação, Giuseppina Muzzarelli ministrará a conferência *Dar crédito às mulheres*. Todas as palestras terão tradução simultânea, sendo as duas primeiras em inglês, e a última, em italiano. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-5509 e pelo e-mail info@ieat.ufmg.br.

TRANSPORTE ESCOLAR

Sistema desenvolvido na Escola de Engenharia para planejamento, gestão e controle do transporte escolar rural será apresentado no próximo dia 6 a prefeitos e secretários de educação de Minas Gerais, no seminário *Os desafios do transporte escolar rural*, que ocorrerá no salão nobre do Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais (CAD 1), campus Pampulha.

Elaborado no Departamento de Engenharia de Transportes e Geotecnia, o Sistema Transcolar Rural envolveu alunos de graduação, mestrado e doutorado, com participação de professores de diversos cursos da Escola de Engenharia, a fim de melhorar o desempenho e reduzir o custo operacional do transporte escolar rural no país.

Prefeituras e escolas públicas dos municípios mineiros estão inserindo dados dos alunos, como endereço e distância habitual que caminham para chegar a uma parada de ônibus, número de carros disponíveis para o serviço e seu estado de conservação. Por meio da combinação de informações, o sistema será capaz de gerar rotas mais rápidas que contemplem maior número de alunos de uma região.

CHAPAS HOMOLOGADAS

Foram homologadas no último dia 19, pela Comissão Eleitoral, as candidaturas das três chapas inscritas para concorrer à próxima gestão (2018-2022) da Reitoria da UFMG. Também foi definida, por meio de sorteio, a ordem das chapas nas cédulas eleitorais ou urnas eletrônicas.

A chapa 1 (UFMG em Foco) reúne Renato de Lima Santos (reitor), da Escola de Veterinária, tendo como vice Carmela Maria Polito Braga, da Escola de Engenharia. A chapa 2 (UFMG Pública e Diversa) é formada por Sandra Regina Goulart Almeida (reitora), da Faculdade de Letras, com Alessandro Fernandes Moreira, da Escola de Engenharia, de vice. A chapa 3 (UFMG +) é composta de Andréa Mara Macedo (reitora), do Instituto de Ciências Biológicas, e Paula de Miranda Ribeiro, da Faculdade de Ciências Econômicas, como vice. A consulta à comunidade acadêmica para subsidiar a elaboração de lista tríplice ocorrerá nos dias 8 e 9 de novembro. Se houver necessidade, o segundo turno será realizado nos dias 21 e 22 do mesmo mês.



Vista do prédio da Reitoria, no campus Pampulha

COLÉGIO TÉCNICO

De 3 a 30 de outubro, estarão abertas as inscrições para o processo seletivo 2018 do Colégio Técnico (Coltec), para ingresso na primeira série dos cursos técnicos de nível médio integrado. O procedimento deve ser feito no site da Copeve (www.ufmg.br/copeve/site_novo/).

A partir de 2018, o Coltec passa a oferecer também dois cursos técnicos subsequentes, destinados a pessoas que já concluíram o ensino médio: Desenvolvimento de Sistemas, com ênfase em programação para dispositivos móveis, e Biotecnologia, com ênfase em análises clínicas. As inscrições devem ser feitas de 16 a 31 de outubro, no mesmo site.

CANÇÃO BRASILEIRA

Até 15 de outubro, podem ser submetidas propostas de trabalhos para o 5º Seminário da Canção Brasileira da Escola de Música, que será realizado de 7 a 10 de novembro, no Conservatório UFMG. A inscrição de ouvintes segue aberta até 6 de novembro.

Os resumos aprovados serão publicados em anais eletrônicos (www.musica.ufmg.br/selominasdesom), e as propostas artísticas selecionadas vão integrar os concertos do evento, realizado sob a coordenação do Grupo de Pesquisa Resgate da Canção Brasileira da UFMG. A programação inclui sessões de comunicação de pesquisa, mesas-redondas, concertos variados, palestras e oficinas.

ESCLEROSE MÚLTIPLA

Simpósio científico dirigido a médicos e profissionais de saúde da área da esclerose múltipla será realizado nos dias 10 e 11 de novembro, em Belo Horizonte, pelo Centro de Investigação em Esclerose Múltipla (Ciem), do Hospital das Clínicas. Com o tema *O Caso nosso de cada dia*, o evento tem o objetivo de apresentar e discutir situações reais da prática clínica, envolvendo o diagnóstico e a conduta terapêutica em pacientes com doenças desmielinizantes do sistema nervoso central.

A esclerose múltipla é uma doença autoimune que afeta cérebro, nervos ópticos e medula espinhal. O sistema imunológico confunde células saudáveis com intrusas e as ataca, provocando lesões. Nos estágios iniciais, pode ser de difícil diagnóstico, uma vez que os sintomas aparecem em intervalos de meses ou até de anos. Mais informações podem ser obtidas no site www.ciem.com.br/.

DITADURA em POLIFONIA

Coletânea apoiada na história oral põe em perspectiva narrativas sobre o regime militar

Itamar Rigueira Jr.

Eram três pesquisadores e um incômodo em comum: a memória hegemônica sobre a recente ditadura militar no Brasil – que opõe o Estado repressor e a sociedade, a um só tempo, vítima e resistente – nem sempre encontra respaldo na diversidade de memórias de pessoas e grupos. As lembranças de militantes, operários, militares, indígenas, estudantes não se encaixam necessariamente nessa dicotomia.

Para resolver o incômodo, Carolina Dellamore, Gabriel Amato, vinculados ao Núcleo de História Oral da UFMG, e Natália Batista, doutoranda em História Social na USP, puseram mãos à obra: leram a historiografia sobre o tema e produziram um texto motivador, levantando problemas e propondo caminhos. Reuniram pesquisadores de diferentes instituições e organizaram o livro *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro* (Letra & Voz).

“Pretendemos conformar uma história social das memórias da ditadura por meio da história oral. A coletânea revela pesquisas maduras contadas em textos inéditos, que abordam entrevistas em grande parte também inéditas”, afirma Gabriel Amato, mestre em História e Culturas Políticas pela UFMG.

Amato é autor de um dos capítulos da primeira parte da obra, dedicada exatamente ao que os organizadores chamam de polifonia das memórias. Ele analisa uma entrevista sua com uma ex-participante do Projeto Rondon, iniciativa dos governos militares que levava estudantes universitários aos recônditos do Brasil. “Essa entrevistada é um caso típico de memória oscilante, com lembranças contraditórias. Ao mesmo tempo que exalta o movimento estudantil e deixa de lado a conexão entre o Rondon e o projeto político dos militares, ela reproduz em vários aspectos o discurso da ditadura”, diz o pesquisador.

‘Operário padrão’

O trabalho de Carolina Dellamore, por sua vez, explora o depoimento de um homem que, nos anos de chumbo, foi eleito “operário padrão” na Cidade Industrial, região metropolitana de Belo Horizonte. “Ele foi premiado porque certamente representava de maneira conveniente a harmonia entre as classes, mas participou de todas as greves no final dos anos 1970”, conta a doutoranda do programa de Pós-graduação em História. “Isso mostra que as pessoas também não viveram aquele período da mesma forma, por todo o tempo.”



Monumento *Tortura nunca mais*, em Recife

Outros autores abordam entrevistas com lideranças do movimento negro, com pessoas LGBT, indígenas, mulheres da Ação Popular e integrantes do Grupo Opinião. “Uma história de memórias exclusivamente positivas é a dos moradores de agrovilas instaladas na época da construção da Transamazônica, que se sentiram beneficiados pelos militares e abandonados pelos governos que vieram depois”, comenta Gabriel Amato. Outro capítulo da primeira parte relata como a população da Serra do Caparaó, na região Sudeste, assustada com a presença de guerrilheiros, foi conquistada pelo Exército, com ações cívico-sociais.

Na segunda parte da obra, pesquisadores abordam a construção de acervos baseados nas memórias, apoiados em pesquisas com militares, presos políticos e familiares de militantes desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, que encontraram na Comissão da Verdade um espaço de escuta na busca por justiça.

Os organizadores de *A ditadura aconteceu aqui* destacam que a história oral é capaz de lançar outro olhar sobre temas tradicionais, como a ditadura militar. “Tem-se consolidado a convicção de que a história oral evoca não apenas as vozes do passado, mas principalmente as do presente”, diz Carolina Dellamore. Para Gabriel Amato, as memórias dialogam com o tempo de hoje, em que a política e as conversas cotidianas acionam lembranças e opiniões sobre a ditadura. “Nosso papel, como historiadores, é historicizar as memórias”, completa.

Livro: *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*

Organizadores: Carolina Dellamore, Gabriel Amato e Natália Batista

Editora Letra & Voz

Lançamento em 27 de setembro, às 10h, no hall do CAD 2, campus Pampulha, e 29 de setembro, às 18h, na Livraria Quixote (Rua Fernandes Tourinho, 274)

280 páginas / R\$ 28,50 (na pré-venda em <http://goo.gl/Ui1ty3> e no lançamento do dia 27)